



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2023

Entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular: o caso da Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências (Quixabeira-Ba)

Alan Ueder Santana de Souza¹; Flávia Almeida Pita²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alanweder@live.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fpita@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Associação Comunitária; Comunidade Quilombola; Formalização Jurídica.

INTRODUÇÃO

A comunidade Quilombola de Alto do Capim é um povoado situado no município de Quixabeira, Bahia, localizado no Centro Norte do Estado. Atualmente a localidade tem aproximadamente 800 moradores e a agricultura familiar é a principal atividade da população local. Alto do Capim, conta com uma variedade de manifestações artísticas e culturais que surgem com a sua fundação e se mantêm até os dias atuais reforçando a sua identidade.

Ao me debruçar sobre Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências, busquei, enquanto membro da referida localidade e pesquisador, entender as suas especificidades, as peculiaridades da organização e a sua relação com a forma jurídica associativa, apontando assim suas dificuldades, enfrentamentos e conquistas enquanto organização social.

O plano de trabalho teve como objetivo geral identificar os entraves jurídicos vivenciados pela Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências (Quixabeira-BA) no cotidiano de suas atividades, compreendendo a forma como impactam nas lutas comunitárias. Seus objetivos específicos foram, por sua vez, levantar informações sobre a história e forma de atuação da Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências, no sentido de entender como se deu seu processo de formalização jurídica e como se desenvolvem os processos jurídicos típicos de uma organização associativa (assembleias, registros formais, cumprimento de obrigações contábeis-fiscais, cumprimento das previsões estatutárias etc.); compreender a relação entre a forma associativa de organização e as lutas decorrentes da assunção da identidade quilombola da comunidade, especialmente no que diz respeito à organização produtiva comunitária; e, por fim, identificar os entraves jurídicos vivenciados pela Associação, sistematizando-os e apontando possíveis saídas para a sua superação.

Ao escolher trabalhar com a associação da minha comunidade busquei produzir um conhecimento jurídico socialmente referenciado com a experiência popular, além de proporcionar um relevante troca de saberes entre o que é produzido na academia e a vivência popular dos moradores da comunidade de Alto do Capim.

METODOLOGIA

Para o levantamento de dados realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a partir de questionário contendo 13 questões, sendo 6 destinadas à presidente da Associação Quilombola de Produtores De Alto do Capim e Adjacências e 7 questões direcionadas a 6 moradores da comunidade. O questionário abordou questões sociais, políticas, de identidade e econômicas no que diz respeito a atuação da Associação. As entrevistas foram precedidas de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de materiais teóricos como artigos de periódicos, monografias sobre a comunidade.

Além do questionário, realizaram-se encontros com a diretoria da Associação no intuito de aproximar o plano de trabalho com a proposta anual de atividades da Associação. A partir dos encontros houve a necessidade de dialogar com a comunidade, pensou-se na organização de rodas de conversa. Por questões logísticas, conseguiu-se realizar um único encontro com a comunidade onde foi possível a apresentação do Plano de Trabalho.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para entender a atuação da referida associação ancorei a pesquisa a partir da ideia defendida por Pita (2020), que acredita existir três motivos para a maioria das organizações optarem por esse método, a primeira diz respeito a facilidade no ritual de aprovação de um estatuto, exigências documentais e até estruturais, seguida da imunidade tributária e por último o fato desses grupos em seus objetivos buscarem quase sempre defender atividades de caráter econômicos e assistenciais para seus associados.

A partir da entrevista realizada com a atual presidente da Associação, Senhora Lucilia Moura dos Santos¹, verifiquei que a organização foi fundada em 03 de setembro 1986 e é a primeira associação comunitária do município de Quixabeira. A entidade tem como finalidade representar e buscar melhorias junto ao poder público para os residentes do quilombo de Alto do Capim e de fazendas vizinhas ao território, como Cova do Anjo, Calumbi e Barriguda. A associação foi a responsável pelo processo de titulação e reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo junto à Fundação Palmares, tendo iniciado o respectivo processo e reunido provas, documentos e depoimentos necessários. Conta hoje com aproximadamente 30 associados(as), em sua maioria mulheres e pequenos produtores rurais que vivem e tiram seu sustento da agricultura familiar e de pequenas lavouras.

A Associação atualmente tem parceria com o órgão estadual do Governo da Bahia (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-CAR), com dois projetos em andamento, todos voltados para a área de geração de renda para os associados. O primeiro é uma cozinha comunitária, onde um grupo de associadas produzem biscoitos e cocadas a partir de produtos locais, a exemplo do licuri e da mandioca, comercializando-os na própria comunidade ou em supermercados e cooperativa da região. Esse grupo é formado

¹ A entrevistada autorizou a sua identificação nominal no relatório de pesquisa e em publicações dele decorrentes.

por mulheres, donas de casa, que com a venda da produção, ainda que pequena, conseguem autonomia financeira e contribuem com o sustento de suas famílias.

O segundo projeto, por sua vez, ainda em implantação, é a construção de uma fábrica de produtos derivados do licuri, fruto local de grande potencial alimentício e forrageiro. A entrevistada acredita que a fábrica tem uma grande possibilidade de gerar desenvolvimento local com emprego e renda para os moradores. O projeto visa comprar dos produtores da localidade o produto e, após processamento, comercializar o fruto juntamente a cooperativas associadas e fazer da casca ração para alimentação de bovinos, granjas etc.

No que diz respeito aos principais desafios e problemas enfrentados pela organização comunitária para desempenhar o papel a que se propôs, a primeira situação adversa apontada por sua presidente foi o fato de que, no momento da fundação da Associação, em 1986, a falta de experiência e prática com o processo burocrático fizeram com que se deixasse de providenciar o registro da ata da assembleia de fundação. Somente mais tarde, em 2017, este problema foi solucionado, quando se procedeu a regularização da Associação e sua transferência para Quixabeira (o município foi criado em 1989, como visto). Esta situação acabou gerando alguns transtornos, como seguidas viagens a Jacobina, custos com a reforma de estatuto e com o processo de regularização.

Outro problema apontado identificado foi a contratação de um profissional de contabilidade para assessorar a organização, isso porque como Associação está situada em uma comunidade rural, com poucas oportunidades de trabalho, os associados acabam não contribuindo com as despesas e em algumas situações fica a cargo da presidente custear esses profissionais contratados e também dívidas de registros de documentação, atas etc. De acordo com a senhora Lucilia Moura, para o desenvolvimento e uma atuação mais presente da Associação é preciso que o poder público flexibilize a cobrança da documentação, reforma de Estatuto e outras exigências burocráticas, pois, apesar da imunidade tributária de alguns impostos, a Associação Quilombola de Alto do Capim acaba tendo dificuldades de custear outros tributos, especialmente as taxas cartorárias.

A Associação tem buscado parcerias com entidades governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs), no entanto sem sucesso na maioria dos editais de projetos. Mas a instituição segue firme com seu propósito de realizar aquilo que foi proposto no momento da criação do estatuto, com as definições dos objetivos e finalidades. Para a presidente, falta apoio do governo municipal na criação de projetos de desenvolvimento e renda em parceria com Associação e nesse ponto ela destaca que havendo essa parceria é preciso que a administração destes futuros projetos fique a cargo da Associação e não da Administração Pública Municipal.

A documentação da Associação atualmente encontra-se em dia, devidamente legalizada, e a entidade tem conseguido pagar profissionais terceirizados como contador, secretária, impostos trabalhistas da funcionária, com recursos dos projetos aprovados junto à CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Os esforços, neste momento, têm sido para a construção de uma sede com um espaço para reuniões e apoio administrativo, pois a Associação hoje não tem uma sede própria e concentra suas atividades em um imóvel cedido pela presidente para que desempenhe suas atividades.

As informações levantadas parecem evidenciar que o sistema jurídico, a questão da formalização e documentação da Associação têm se apresentado como um obstáculo para

a atuação da organização, sobretudo dada a situação de vulnerabilidade social em que se encontra a maioria dos(as) associados(as) – que, em geral, não têm um trabalho formal, sendo a sua principal fonte de renda deriva dos produtos comercializados a partir do trabalho da associação e da agricultura familiar. Salienta-se, ainda, o fato de os documentos produzidos no dia-a-dia da associação exigirem um certo padrão de formalidade e o domínio da linguagem culta, o que leva à necessidade de contratação de profissionais e, portanto, gera custos para Associação.

Ainda no âmbito dos resultados nota-se que a quantidade de associações na comunidade pode ser considerado um problema tendo em vista aspectos como o tamanho da localidade, a quantidade de moradores e 5 associações pode ser considerada um empecilho para uma atuação mais presente de uma ou outra associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tornou possível levantar informações históricas da comunidade e da Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências, assim como compreender, em linhas gerais, a sua forma de atuação da associação.

A Associação Quilombola dos Produtores de Alto do Capim e Adjacências é composta em sua maioria de mulheres e pequenos produtores rurais que vivem e tiram seu sustento da agricultura familiar e de pequenas lavouras. A entidade surgiu após o entendimento coletivo de que o caminho para o acesso de determinadas políticas públicas deveria ser feito de forma conjunta e assim vem fazendo, buscando melhorias através de acesso a editais públicos de ONGs e programas assistenciais do Estado.

Desde a sua formulação e implementação a Associação tem se deparado com alguns entraves sobretudo no sistema tributário, podendo-se destacar a dificuldade que ela encontra no momento de realizar pagamentos de despesas cartoriais, além da dificuldade de confeccionar os documentos jurídicos básicos que são necessários para registro.

É possível inferir a importância da organização comunitária como um trabalho de preservação cultural e de desenvolvimento econômico, mas sobretudo estabelecendo suas dinâmicas identitárias, de resistência e luta.

Finalizo o cronograma de atividades do plano de trabalho proposto com a percepção de que ainda existe um caminho a ser percorrido para a implementação de políticas públicas e mudanças na comunidade de Alto do Capim, no entanto, constata-se que a identidade e reconhecimento como comunidade quilombola tem se apresentado como um importante laço que poderá levar a superação de diferenças e disputas na localidade.

REFERÊNCIAS

PITA, Flávia Almeida. 2020. *“Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?”: entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular*. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PITA, Flávia Almeida. 2016. *Formalização E Economia Popular Solidária: O Modelo de Pessoa Jurídica como Sintoma da Colonialidade do Poder*. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 3, n. 1, jan./abr.

BARBOSA, Jiomarques Moreira. 2018 *Memórias Quilombolas: a luta pelo auto reconhecimento Quilombola de Alto Do Capim – Quixabeira/BA, 2000-2012*. 2018.

Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina.